



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

Comércio e Espaço coletivo no Calabar

Arq. Thaís Sales Gonçalves - Profissional Residente

Arq. Profa. Ma. Akemi Tahara - Tutora

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA

Fevereiro de 2015

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Arquiteta Thaís Sales Gonçalves - Profissional Residente

Arq. Profa Ma. Akemi Tahara - Tutora

Colaboração:

Residente Gabriela Metzker

Residente Paolo Pellegrino

Residente Stefano Pisanu

Residente Adelaide Luna

Consultoria:

Prof. Luís Edmundo Prado de Campos

Apoio:

Justina Santana, Conselheira fiscal da Associação Ideologia Calabar

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA:

Data: 12 de dezembro de 2015

Local: Mastaba, FAUFBA

Residente: Thaís Sales Gonçalves (Arquiteta UFC)

Título: Comércio e espaço Coletivo no Calabar

Membros da Banca:

Tutor(a): Profa. Arqta. Ma. Akemi Tahara

Membro Interno: Arqta. Ma. Luciana Calixto Lima

Membro Externo: Arqta. Ma. Tania Scofield (FMLF/PMS)

Representantes da Comunidade: Rosana Oliveira, estudante de Serviço Social, vice-presidente da Associação Ideologia Calabar

DEDICATÓRIA

Aos que saem de suas zonas de conforto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos que, assim com eu, enfrentaram esta empreitada, sem saber bem de onde começar, por onde seguir, nem aonde chegar.

Aos professores e coordenadoras do Curso, em especial à minha orientadora
Akemi Tahara.

Aos meus pais, por tornarem possível esta empreitada em Salvador.

RESUMO

Este trabalho traz um relato de 8 meses de atividades de campo e projeto dentro da Comunidade do Calabar, em Salvador-BA. As atividades foram desenvolvidas no âmbito do Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade, que tem como objetivo final a doação de um projeto específico para a comunidade em que se atuou. Dessa forma, este trabalho descreve a Comunidade do Calabar, trazendo sua história e suas características morfológicas, ambientais, sociais, econômicas e urbanas. Relata também o caminho percorrido pelos alunos do curso (Residentes Adelaide Luna, Paollo Pellegrino, Stefano Pisanu, Gabriela Metzker e Thaís Sales), no que se refere às suas buscas por informações para diagnóstico do local e busca pelo contato com a comunidade para realização de assistência técnica em campo, para, por fim, chegar à produção de seus projetos específicos para o Calabar, como Trabalho de Conclusão de Curso. Em especial, este trabalho detalha o projeto elaborado pela Residente Arquiteta Thaís Sales Gonçalves, intitulado “Comércio e Espaço Coletivo no Calabar”, o qual consiste em uma proposta de reforma para a principal área de comércio desta comunidade, tendo como fio condutor a busca por espaços públicos de convívio. A intenção é que este projeto específico, aqui descrito e fornecido em termos de desenhos técnicos a nível preliminar, possa ser desenvolvido a nível de projeto executivo, para posterior contratação da obra. Para tanto, este trabalho traz também recomendações para a elaboração de um termo de referência, discriminando as etapas seguintes necessárias para desenvolvimento do projeto, bem como seus respectivos orçamentos e equipe técnica de profissionais, além da indicação de possibilidades de parcerias governamentais, institucionais ou privadas que possa financiar e levar o projeto adiante.

Palavras-chave: espaço coletivo, comércio, Direito à Cidade, Assistência Técnica em Habitação

ABSTRACT

This paper gives an account of eight months of field activities and project within the Calabar Community, in Salvador, Bahia. The activities were made into the Specialization Course in Technical Assistance, Housing and Right to the City, which has the ultimate goal of giving a specific project to the community in which they served. Thus, this paper describes the Community Calabar, bringing its history and its morphological, environmental, social, economic and urban characteristics. Also reports the path taken by students of the course (Residents Adelaide Luna, Paollo Pellegrino, Stefano Pisanu, Gabriela Metzker and Thais Sales), with regard to their search for information on local diagnosis and search for contact with the community to perform local technical assistance, to finally reach the production of their specific projects for Calabar, as their Final Course Assignment. In particular, this paper details the project conceived by the Resident Architect Thais Sales Gonçalves, entitled "Trade and Collective Space in Calabar," which consists of a proposal for reform the main shopping area of this community, in which the main orientation was to search for public living spaces. The

intention is that this specific project, described herein and provided in terms of technical drawings in primary level, can be developed at the level of executive project for subsequent hiring of the work. Therefore, this work also brings recommendations for the development of a terms of reference, detailing the steps necessary to develop the project, as well as their respective budgets and technical team of professionals, beyond stating possibilities of governmental, institutional and private partnerships that can support the project and move it forward.

Key words: *collective space, trade, Right to the City, Housing Technical Assistance .*

LISTA DE SIGLAS

UFBA: Universidade Federal da Bahia

JUC: Jovens Unidos do Calabar

BCS: Base Comunitária de Segurança

RENURB: Companhia de Renovação Urbana de Salvador

PDDU: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

LISTA DE FIGURAS

Fig.1: Localização e delimitação das comunidades Calabar e Alto das Pombas.

Fig. 2: Imagens do livro “Cala a Boca Calabar” de Fernando Conceição, sobre a mobilização dos moradores do Calabar por melhores condições de vida e permanência no local.

Fig. 3: Base Comunitária de Segurança do Calabar. Fonte: Google 2014.

Fig.4: Largo defronte a Base Comunitária. (2014). Fonte: acervo Equipe Calabar Residência AU+E.

Fig. 5: Fotos da Praça do JUC, Áreas de convívio e lazer da comunidade. Fonte: Acervo Equipe Calabar Residência AU+E..

Fig.6: Mapa de projetos finais do Residentes.

Fig.7: Mapeamento da Área de Intervenção.

Fig.8: Área de Interesse 1: Estreita faixa de barraquinhas de comércio ao longo da via principal. Fonte: Google Street View 2013.

Fig.9: Área de Interesse 2: Largo situado em frente a Base Comunitária de Segurança. (2014). Fonte: acervo Equipe Calabar Residência AU+E.

Fig.10: Ficha de pesquisa e cadastro rápido das unidades comerciais.

SUMÁRIO

- 1. Área, comunidade e termo de cooperação**
 - 1.1. Nome do bairro e localidade
 - 1.2. Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s) e Personalidade Jurídica
 - 1.3. Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog
 - 1.4. Nome e função do representante legal e principais lideranças para contato
- 2. Descrição da área, problemática e justificativa para a proposta de assistência técnica**
 - 2.1. Breve Histórico
 - 2.2. Diagnósticos e contexto para delimitação das propostas
 - 2.3. Apoio de lideranças locais e outros grupos envolvidos
- 3. Pesquisas, oficinas e metodologias na definição da proposta de assistência técnica**
 - 3.1. Meios e processos adotados para a proposta coletiva do grupo com a comunidade
 - 3.2. Os resultados obtidos para a definição dos projetos específicos
 - 3.3. Projeto específico no âmbito da proposta coletiva.
- 4. Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento das próximas etapas previstas para desenvolvimento e implantação do projeto**
 - 4.1 O objetivo geral
 - 4.2 O(s) objetivo(s) específico (s)
 - 4.3 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva
 - 4.4 Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições do projeto
 - 4.5 Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento do projeto executivo, como subsídio para efetivação de um Termo de Referência.
- 5. Cronograma previsto**
- 6. Equipe Técnica e Orçamento previsto**
 - 6.1. Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica, por hora/serviços
 - 6.2. Serviços complementares e consultorias especializadas
 - 6.3. Gastos com transporte, material gráfico, material de escritório e informática
- 7. Viabilidade institucional, econômica e financeira**
 - 7.1 Possibilidades de parcerias governamentais, institucionais e privadas
 - 7.2 Requisitos complementares para implementação
- 8. Referências bibliográficas**
- 9. Anexos**

Anexo 01 – Cadastro das unidades comerciais.

Anexo 02 – Pranchas de 01 a 06: Painéis de apresentação do projeto, contendo mapas de diagnóstico do lugar, peças gráficas do projeto e plantas complementares

1. Área, comunidade e termo de cooperação

1.1 Localidade: Calabar/Alto das Pombas, Salvador-BA

1.2 Associação Parceira: Associação Ideologia Calabar (entidade mantenedora da Biblioteca Comunitária do Calabar) e Grupo de Mulheres do Calabar.

1.3 Endereço: 1^A Travessa do Calabar, s/n, Calabar – Prédio do Provida

E-mail: bilbiotecadocalabar@yahoo.com.br

<http://bibliotecadocalabar.blogspot.com.br/>

1.4. Nome e função do representante legal e principais lideranças para contato

Rodrigo Rocha Pita (Rodrigo Calabar) – presidente da Associação Ideologia Calabar;

Rosana Oliveira – vice-presidente da Associação Ideologia Calabar;

Justina Santana da Silva – conselheira fiscal da Associação Ideologia Calabar; do Grupo de Mulheres do Calabar; Conselheira no Conselho Municipal de Saúde

2. Descrição da área, problemática e justificativa para a proposta de assistência técnica

A escolha das comunidades do Calabar e Alto das Pombas, atendidas pelo Programa Pacto Pela Vida, realizado pelo Governo do Estado em parceria com o Ministério Público deu-se, inicialmente, por ser uma das opções entre as demandas ofertadas pelo referido Ministério como área de trabalho para os residentes da especialização com maior proximidade geográfica com a Escola de Arquitetura da UFBA e ao mesmo tempo, pela facilidade de deslocamentos entre estas e os domicílios dos residentes que optaram por essa área como *locus* do trabalho.

A localização facilita o contato mais frequente com as comunidades, a imersão no território de forma mais intensa, o acompanhamento das oficinas e demais práticas mais de perto. Além disso, em ambas as visitas guiadas para conhecimento prévio da área, a permanência nesses referidos locais foi maior, do que nas demais áreas, o que favoreceu o registro fotográfico e um tempo mais extenso em contato com os líderes dessas comunidades.

A percepção da Biblioteca Comunitária como um espaço adequado para as oficinas de aproximação e para os encontros frequentes da turma com a população, e com as lideranças locais, também, contou para a escolha da área. Ao decidir trabalhar com comunidades já consolidadas, onde vários grupos e associações já atuam, fica

clara a necessidade de envolvê-los, buscando a participação destes, como colaboradores, mediadores e intérpretes da realidade que se apresenta.

A maior parte da equipe optou por concentrar sua atuação na Comunidade do Calabar, sem alcançar a comunidade do Alto das Pombas (vizinha), uma vez que esta comunidade, representada por uma liderança, manifestou-se contra uma possível proposta de regularização fundiária da área. Já que todas as temáticas trabalhadas pelos residentes, de certa forma, permeiam a questão da regularização fundiária, decidiu-se atuar especificamente no Calabar, envolvendo a comunidade vizinha apenas em algumas atividades.



Fig.1: Localização e delimitação das comunidades Calabar e Alto das Pombas. Imagem produzida pela autora sobre imagem aérea de 2014 do Google Earth.

2.1 Breve Histórico

O Calabar está situado num vale sobre um dos coletores do Rio do Seixas, seus limites não são precisos porque na medida em que a aclividade aumenta, suas bordas se fundem a favela do Alto das Pombas, encravada numa colina, aparentemente, formando um só tecido.

A localização da comunidade do Calabar é uma das mais privilegiadas da cidade de Salvador, vizinha de bairros tradicionais como Barra e Ondina, mas mesmo se encontrando tão próxima, não conta com a infraestrutura dos bairros do seu entorno.

O início de sua ocupação ocorreu nas décadas de 1940 a 1950, no entanto, existem duas versões sobre seu aparecimento. A primeira, de acordo com a Prefeitura Municipal, trata-se de ocupação informal da antiga Fazenda São Gonçalo, gleba pertencente à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, que desde o início do século XX, locava terrenos para ocupações construídas pelos moradores, na sua maioria de baixa renda., uma versão comum ao surgimento de vários bairros de Salvador.

A outra versão, contada pelo historiador Cid Teixeira, diz que o local teve início ainda no período escravista brasileiro, período esse que só teve seu fim em 1888. Tem sua origem como um quilombo, feito por escravos oriundos do norte da Nigéria de uma área chamada Kalabari, que aqui fugiram de seus senhores.

A ocupação massiva do local se iniciou em meados da década de 60, época de intenso êxodo rural e do Recôncavo, e do conseqüente processo de favelização da capital baiana. Na década de 1980 o processo de ocupação se intensificou, e começou a ocorrer a verticalização, onde dois a três pavimentos, na sua maioria multifamiliares, foram acrescentados ao pavimento térreo. A ocupação foi se tornando cada vez mais densa e, através de uma trajetória de lutas e reivindicações, alcançou um relativo grau de consolidação e uma forte e tradicional organização comunitária que lhe tem garantido conquistas sociais importantes, como padaria e escola comunitária (com destaque para a Escola Aberta do Calabar), dentre outros benefícios.

Em 1979, a prefeitura anunciou que pretendia realocar todos os habitantes do Calabar para outro lugar de Salvador. O dia 11 de maio de 1981, foi marcado pela maior mobilização popular da comunidade, que culminou no Movimento de Luta e Permanência no Calabar e sua maior manifestação, uma passeata que recebeu o nome de Caminhada da Esperança. Nesta manifestação, onde o JUC (Jovens Unidos do Calabar) esteve à frente, e contou com a massiva participação dos moradores, foi

reivindicada a permanência da população no local. O prefeito optou por deixá-los permanecer, e a data da Caminhada da Esperança é um marco importante da capacidade de mobilização e resistência da comunidade.



Fig.2: Imagens do livro "Cala a Boca Calabar" de Fernando Conceição, sobre a mobilização dos moradores do Calabar por melhores condições de vida e permanência no local.

A população acreditou no direito não somente de permanecer onde estava, mas também de exigir melhorias definitivas para o lugar, sem fazer nenhuma concessão. Neste período, apesar de reivindicar melhorias infraestruturais, os esforços da comunidade continuavam concentrados na luta pelo título da terra.

A primeira intervenção da Prefeitura ocorreu só a partir do decreto no 6.037, de 11/11/80, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação, uma área de 79.354 m² onde se situa o Calabar. A intervenção foi iniciada em agosto de 1981, com trabalhos realizados pela RENURB e se prolongou até setembro de 1982, quando foi considerado cumprido o programa de obras de urbanização previsto para a área, que contemplava a construção de rampas e escadarias drenantes, a partir da rua principal, a rua Nova do Calabar, que foi pavimentada e drenada, e permitiria o acesso de veículos, serviços de água, esgoto e energia elétrica, bem como a coleta de lixo, extensiva para toda a área. Planos, porém que foram parcialmente cumpridos.

A segunda intervenção, ocorreu a partir de 1990, quando a Fundação José Silveira, em parceria com a comunidade do Calabar, elaborou o Plano Integrado do Calabar, cujas metas eram tornar a ocupação valorizada e integrada à cidade de Salvador. Esta parceria objetivava a melhoria na qualidade de vida da população, através de ações nas áreas de saneamento, educação, saúde e habitação (GIUDICE; SOUZA, 2000).

A última intervenção só veio a ocorrer em fins de 1998, quando um projeto da Prefeitura - Viver Melhor - em convênio com o Estado, retirou a população da área mais carente - Jardim das Mangueiras - e construiu casas do tipo apartamentos geminados, com toda a infra- estrutura (GIUDICE; SOUZA, 2000). Ainda nessa intervenção, a localidade foi parcialmente urbanizada através do Programa do Governo do Estado da Bahia, com recursos dos governos federal e estadual com investimentos em saneamento, circulação, contenção de encostas, construção de novas moradias e melhorias habitacionais. Entretanto, essas intervenções não contemplaram a regularização fundiária das áreas, o que vem sendo, há décadas, objeto de reivindicação de toda a comunidade.

Ao longo de sua história, o Calabar já foi alvo de diversas investidas civis e estatais visando à sua desapropriação, todas sob o argumento da irregularidade e tácitas reprodutoras do plano de afastar os “favelados” do entorno de moradias burguesas. Assim, a área do Calabar foi diminuindo, principalmente ao lado do Jardim Apipema, no Mirante, onde os moradores antigos acabaram vendendo suas terras para a Construtora José Lessa Ribeiro, que aí construiu mansões e o Conjunto Residencial São Paulo. Entretanto, graças a sua organização política, grande parte da comunidade sempre se manteve coesa e resistiu bravamente em meio às carências sanitárias e sociais, permanecendo no local até hoje.

A histórica ausência do Estado também fez o Calabar ganhar notoriedade na mídia pelo alto índice de homicídios e ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas. Os recorrentes embates entre gangues rivais que traficavam, abertamente, no local fizeram o bairro ser considerado um dos mais violentos da cidade. Por essa razão, em 27 de abril de 2011, o Calabar recebeu a primeira Base Comunitária de Segurança de Salvador (BCS), inserida no programa de Estado Pacto Pela Vida, anunciado como nova política pública de Segurança. Segundo dados do governo a partir de relatórios da própria BCS, houve uma redução de cerca de 90% nas ocorrências de violência no Calabar.

Os moradores reconhecem que a chegada da BCS trouxe um novo ciclo de desenvolvimento para o Calabar, diferente da imagem violenta sempre veiculada nos jornais. Entretanto, percebem que, aos poucos, o Programa Pacto pela Vida vem sendo diminuído em razão de alianças e conchavos político-eleitorais, o que compromete a efetividade das atividades da BCS, esvaziadas no último ano. A BCS atua tanto no Calabar como no bairro vizinho, Alto das Pombas.



Fig. 3: Base Comunitária de Segurança do Calabar. Fonte: Google 2014.



Fig.4: Largo em de frente a Base Comunitária. (2014). Fonte: acervo Equipe Calabar.

2.2 Diagnósticos e contexto para delimitação das propostas

Hoje, a área do Calabar constitui-se em Zona Especial de Interesse Social do tipo I (ZEIS I), segundo o PDDU (2008), mas ainda não foi regularizada com legislação urbanística específica. É habitada por aproximadamente 20 mil pessoas (incluindo Calabar e Alto das Pombas, em mais de 5.300 domicílios (IBGE, 2000). Possui duas entradas, uma na Avenida Centenário (Barra – bairro nobre), outra em Ondina.

Embora já tenha sofrido algumas intervenções públicas referentes ao saneamento básico, conforme relatado, a comunidade ainda não possui infraestrutura adequada de esgotamento sanitário, abastecimento de água e coleta de lixo. O Calabar já possui equipamentos público-comunitários, ainda que não atendam em número e qualidade a todos os moradores, a saber: Posto de Saúde da Família; Escola pública; Praça/Largo; campo de futebol; centro comunitário, biblioteca e ONG.

Conforme a avaliação e proposição de ações de saneamento ambiental, por Luiz Roberto Santos Moraes, o saneamento ambiental do Calabar é muito precário. O abastecimento de água atende a quase toda a comunidade e de forma contínua, possuindo padrões bacteriológicos de potabilidade da água, definidos pelo Ministério da Saúde. Porém, existem trechos de vias onde a rede de água é exposta e em contato com esgoto a céu aberto, indicando que o sistema está vulnerável a contaminação da água quando da ocorrência de alguma interrupção no fornecimento de água. A rede de drenagem de águas pluviais e de esgoto sanitário implantadas no local encontram-se em estado precário de conservação e, em muitos trechos de vias,

as estruturas encontram-se danificadas. A limpeza pública, também representa um problema para a população local, devido à existência de pontos de acúmulo de resíduos sólidos e vias sem varrição ou coleta regular. Esses fatos têm contribuído para os baixos níveis de salubridade ambiental da localidade.

O Calabar possui atualmente alguns projetos educativos e de melhoria da vida da população, em parceria com a UFBA, com a Fundação José Silveira e com a Avante. Na comunidade existem atividades de educação ambiental, de capoeira, teatro, dança e uma biblioteca comunitária que é organizada por jovens moradores e por lideranças locais. Na biblioteca ocorrem projetos de leitura, contação de histórias, oficinas de artesanato, além do sistema de empréstimos de livros, apresentação de poetas e diversas ações de cunho educativo.

No Calabar as áreas de convivência da comunidade são pequenas e em número reduzido. Há uma pequena praça onde está instalada a Base Comunitária, e uma quadra de esportes, onde, geralmente, ocorrem eventos musicais, culturais e esportivos no bairro (apresentação de artistas, grupos de capoeira, de dança, de teatro, de música, jogos, etc), há, ainda um largo em frente a Cooperativa de Costura, onde funcionam alguns bares, com piso elevado, mesas, cadeiras e sombreiros.

A religiosidade da população é expressa através da presença de várias igrejas de cunho evangélico (Igreja Batista Monte Sião, Igreja do Evangelho Quadrangular, Igreja Deus Conosco e Igreja Universal do Reino de Deus), grupo espírita e o candomblé Ilê Axé Ejá Omi.

Quanto ao atendimento de saúde, a população conta com uma Unidade de Saúde da Família (USF), reformada e reinaugurada recentemente, e com 10(dez) Agentes de Saúde da Família, moradores da comunidade, que sobre a coordenação de uma enfermeira, prestam atendimento domiciliar através de visitas periódicas, orientação e acompanhamento do desenvolvimento de crianças, mulheres grávidas e assistência a idosos.

A economia do bairro é movimentada pelo comércio local que é composto de diversos tipos de produtos e serviços, como: copiadora, *lan house*, bares, restaurantes de comida caseira, mercadinhos, padarias, marcenaria, barracas de frutas, barracas de produtos de limpeza, barracas de produtos veterinários e venda de pássaros, bancas de peixe, cooperativas de artesanato e costura, além de lojas de roupas femininas, oficinas e diversos ambulantes, estes últimos vem tendo apoio do Programa Vida Melhor que não só cadastra, como acompanha e qualifica esses pequenos

empreendedores.



Fig. 5: Fotos da Praça do JUC, Áreas de convívio e lazer da comunidade. (2014). Fonte: Acervo Equipe Calabar Residência AU+E.

O diagnóstico ilustrado com mapas, referente às questões sócio-espaciais e morfológica (densidade, acessibilidade, uso do solo, topografia, declividade), encontra-se na prancha de número 01/06, em anexo.

Diante do quadro de demandas que se observou através de pesquisa, visitas em campo e elaboração de diagnóstico, os Residentes optaram por atuar em diferentes temáticas: Espaços públicos, saneamento ambiental, legislação urbanística (uso e ocupação do solo), habitação e educação para autoconstrução. Foi através de atividades de cunho principalmente informativo e educativo que tais temáticas foram levadas aos moradores, culminando em projetos de arquitetura, engenharia e urbanismo de escala maior e de caráter concreto e real, os quais serão discriminados mais adiante.

2.3 Apoio de lideranças locais e outros grupos envolvidos

Para tentar os primeiros contatos com a comunidade e visitas ao local, foi possível contar com os membros da Associação ideologia Calabar, em especial, Justina

Santana e Rodrigo Pita. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, contamos também com o apoio do Professor e Diretor da Escola Politécnica da UFBA, Luís Edmundo, que disponibilizou alunos de sua disciplina para que pudessem atuar em algumas atividades de assistência técnica desenvolvidas pelos Residentes no Calabar, tais como elaboração de relatório de casos de moradia em área de risco (encosta).

3. Pesquisas, oficinas e metodologias na definição da proposta de assistência técnica

3.1 Meios e processos adotados para a proposta coletiva do grupo com a comunidade

Para dar início ao desenvolvimento das atividades de campo, que posteriormente se desdobrariam em projetos para a comunidade, buscou-se o contato com as lideranças locais. A intenção era, primeiramente, conhecer a área a ponto de obter informações que possibilitassem a elaboração mais detalhada de um diagnóstico da Comunidade escolhida. A partir daí, seria verificada a possibilidade de dar seguimento aos Planos de trabalho (projeto) propostos anteriormente por cada residente (membro da Residência AU+E/UFBA).

As reuniões propostas como forma de aproximação inicialmente não surtiram o efeito desejado tanto em número de pessoas dispostas a comparecer, quanto em qualidade do contato, ou seja, havia um descrédito da população local com a instituição que alicerça essa iniciativa. Dessa maneira, foi fundamental remodelar a forma de aproximação, a partir do entendimento e aceitação da presença da equipe pelos membros da comunidade, e das necessidades sociais e educacionais demandadas pelo local.

A nova estratégia criada foi o Consultório de Arquitetura e Engenharia, com o propósito de prestar Assistência Técnica nas questões que envolvem construção, reforma, manutenção, prevenção e regularização de habitações da população do Calabar e extensivamente a comunidade que faz limite a mesma, o Alto das Pombas.

O Consultório de Arquitetura e Engenharia

A exemplo da Residência Médica para alunos do curso de Medicina que prestam atendimento nos consultórios médicos dos hospitais ou se mantêm albergados, como plantonistas, nos ambulatórios e prontos-socorros, atendendo a todos os pacientes que

para ali acorrem por livre iniciativa, nas chamadas consultas eletivas, assim, também, o Consultório de Arquitetura e Engenharia, foi idealizado. Para a consolidação do mesmo, decidiu-se por manter uma unidade permanente de atendimento na comunidade, de modo a manter a equipe técnica durante dois dias fixos da semana para atender a demanda de clientes. Foi concedida à equipe autorização para utilizar um espaço anexo a sala principal da Biblioteca para a realização de tais atendimentos.

Dessa forma, o Consultório de Arquitetura e Engenharia presta atendimento aos moradores do Calabar/Alto das Pombas sobre questões referentes a reforma e construção de habitação, problemas com infiltração de água, umidade e rachaduras, bem como problemas decorrentes da ocupação irregular do território. Os residentes do Consultório fornecem não apenas orientações para solucionar pequenos problemas da edificação, mas também projetos de reforma ou mesmo de construção de uma nova moradia. No último mês de atendimento, os relatórios, contendo o encaminhamento ou a solução de cada caso, começaram a ser devolvidos aos moradores.

Além de promover a aproximação entre Residentes e Comunidade, o Consultório funcionou como forma de reconhecimento do território em questão, uma vez que, acompanhados pelos próprios moradores, os residentes percorrem diversas ruas, becos e escadarias e tem acesso a inúmeras moradias

Oficina Direito à Cidade

Após 6 meses de atendimentos no Consultório de Arquitetura e Engenharia, foi constatada a necessidade de uma oficina para discutir temas importantes para a comunidade e para informar sobre os problemas mais recorrentes que foram observados ao longo dos meses. A divulgação da Oficina, intitulada Oficina Direito à Cidade, foi feita pelos próprios residentes através da distribuição de panfletos e cartazes para os moradores e através das redes sociais (facebook). Os temas tratados foram:

- Reforma Urbana
- Estatuto da Cidade e seus instrumentos
- Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
- Zonas Especiais de Interesse Social
- Controle e Ordenamento do Solo

Apesar de poucos moradores, em relação ao que se desejava, terem comparecido à Oficina, o encontro foi proveitoso. Os que compareceram mantiveram-se atentos às

explicações, expressaram suas dúvidas e participaram dando opinião na dinâmica final, que colheu informações importantes para o desenvolvimento dos projetos dos Residentes.

3.2 Os resultados obtidos para definição dos projetos específicos

Na prancha de número 02/06 do ANEXO 02, através do quadro intitulado “Fluxograma de atividades da Residência Técnica na Comunidade Calabar/Alto das Pombas de abril a novembro de 2014”, é possível visualizar graficamente o percurso, de cerca de 8 meses, das atividades dos Residentes na Comunidade e entender como essas atividades, descritas no subitem anterior (3.1), se desdobraram em seus projetos específicos para o Trabalho de Conclusão de Curso. As demandas para tais projetos foram identificadas por cada Residente ao longo desse percurso, e seus projetos específicos ficaram assim localizados e com seus respectivos conteúdos definidos:

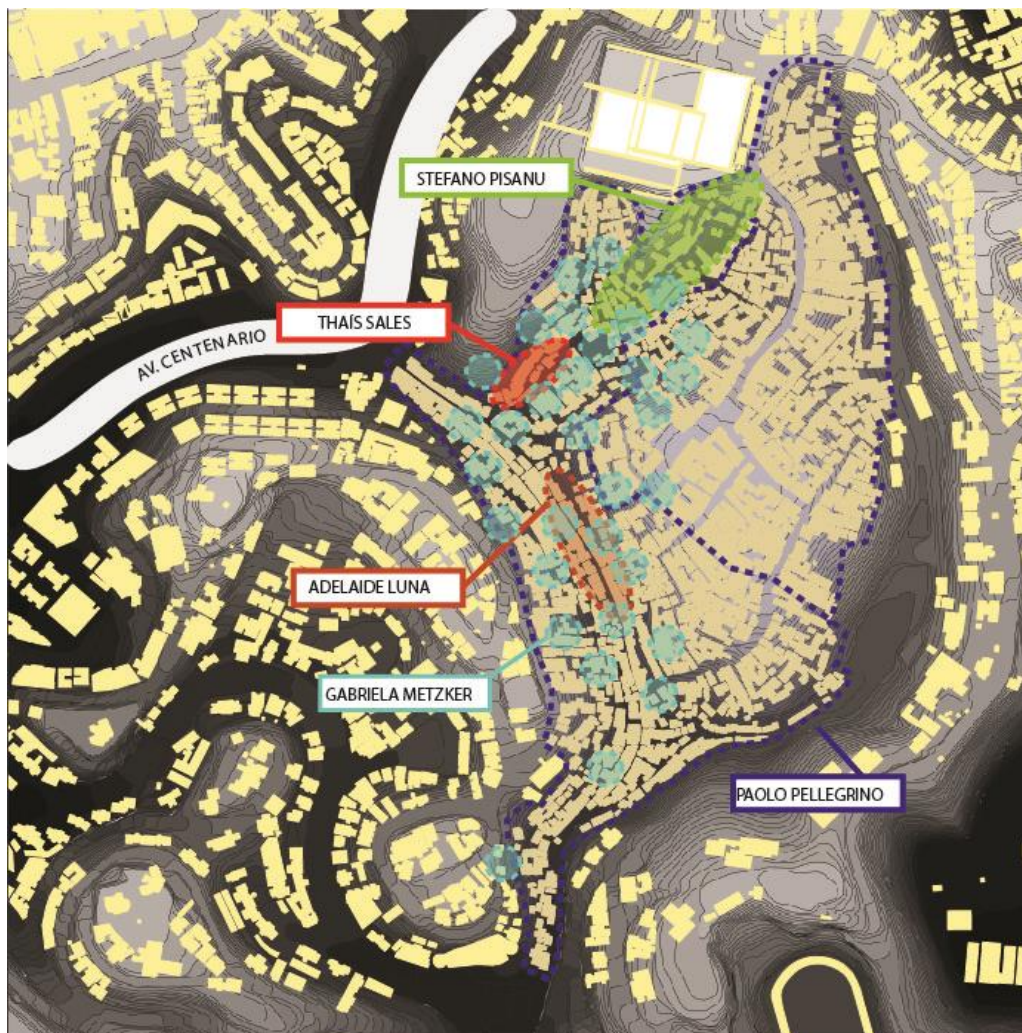


Fig.6: Mapa de projetos finais do Residentes.

THAÍS SALES: REFORMA DE UNIDADES COMERCIAIS PARA CRIAÇÃO DE NOVOS ESPAÇOS DE USO COLETIVO;

STEFANO PISANU: SOLUÇÕES VIÁVEIS PARA MELHORIA DO SANEAMENTO BÁSICO LOCAL;

GABRIELA METZKER: GUIA PARA IMPLANTAÇÃO DE CONSULTÓRIO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA EM OCUPAÇÕES INFORMAIS;

ADELAIDE LUNA: MELHORIAS HABITACIONAIS E REQUALIFICAÇÃO DE TRECHOS DO ESPAÇO URBANO;

PAOLO PELLEGRINO: DIRETRIZES PARA ZEIS CALABAR/ALTOS DAS POMBAS: CONSTRUÇÃO DO PLANO DE BAIRRO.

3.3 Projeto específico no âmbito da proposta coletiva

O projeto específico aqui relatado é de autoria da Arquiteta Residente Thaís Sales e tem como fio condutor principal a busca por espaços públicos de convivência dentro da comunidade. Esta temática vinha sendo observada desde as primeiras visitas ao Calabar e se confirmou como de considerável importância através de mais caminhadas pelo local e conversas com os moradores. As atividades de assistência técnica desenvolvidas pelo Consultório permitiram percorrer ruas, vielas e becos à caminho das casas de diversos moradores e perceber que há pouquíssimos, quase insignificantes, espaços ainda livres (não ocupados) no Calabar . Assim, pela dificuldade de se criar novos, foi necessário tratar do pouco já existente, porém de grande importância para a comunidade por possuir maior concentração de comércio e atividades de serviço e educação.

As imagens a seguir (Fig.7) mostram a área escolhida para projeto e seu entorno.

Para dar início à elaboração do projeto propriamente dito, foi necessário realizar uma pesquisa com os comerciantes envolvidos na proposta de reforma e o levantamento cadastral de cada uma das unidades e do entorno incorporado à proposta de espaço coletivo. Para isso, foi elaborada uma ficha de pesquisa e cadastro rápido (fig. 10), que foi aplicada à maioria dos comerciantes (alguns não estavam presentes) pela autora com a ajuda dos demais residentes. Com o cadastro das unidades comerciais e seu entorno (ver ANEXO 01), tinha-se o ponto de partida para

elaborar uma proposta compatível com a necessidade dos usuários do espaço, que atendesse às demandas por melhoria, oferecendo mais área e qualidade espacial.

Os itens adiante descrevem a proposta de forma mais detalhada, e as imagens, fotos e desenhos gráficos que a esclarecem encontram-se no ANEXO 02, nas pranchas de número 03/06, 04/06, 05/06 e 05/06.

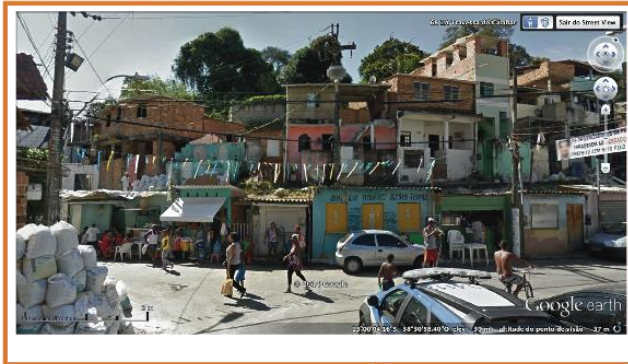


Fig.8:

Área de interesse 1| Estreita faixa com barraquinhas de comércio ao longo da via principal.

Essas construções, em sua maioria em alvenaria, possuem dimensões bem reduzidas (máximo de 1,5m de profundidade) em apenas um pavimento e coberturas dispostas de forma irregular e em alturas variadas. Encontram-se encostadas em um pequeno volume de terra que funciona como arrimo, sobre o qual está uma via de pedestres (Av. Maria Pinho) que dá acesso às casas cujos fundos dão para a encosta do Cemitério Campo Santo. Mesmo sem sombra, essas barraquinhas aglomeram muitas pessoas em suas frentes, as quais ocupam uma área considerável da rua por onde transitam pedestres e veículos.



Fig.7: Mapeamento da área de intervenção. (2014)

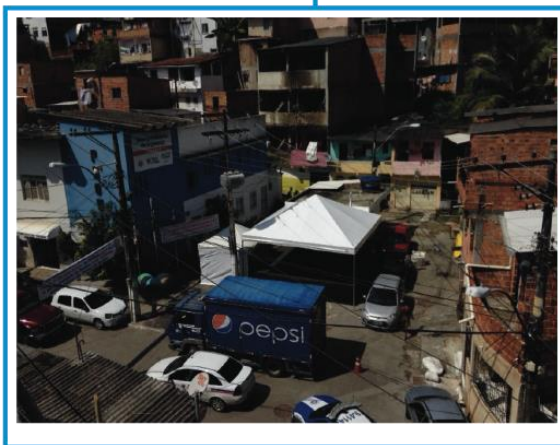
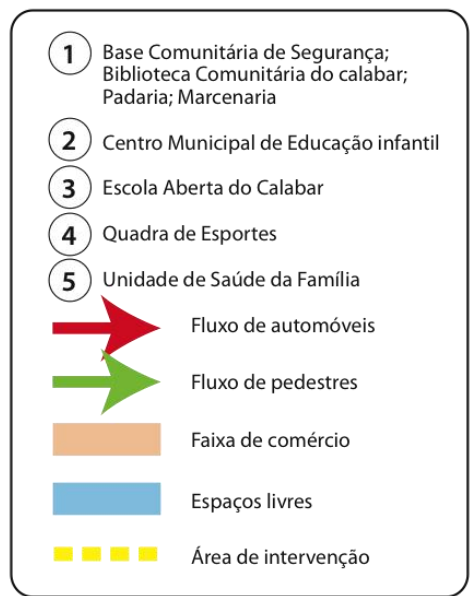


Fig.9:

Área de interesse 2| Largo situado em frente à Base Comunitária de Segurança, único espaço livre realmente relevante dentro do Calabar. Em dias de semana geralmente encontra-se ocupado por carros estacionados. É utilizado pelos moradores principalmente para a realização de eventos e, nesta ocasião, são instalados palcos ou coberturas temporárias.





UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
RESIDÊNCIA TÉCNICA EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA
CONSULTÓRIO DE ARQUITETURA E ENGENHARIA - CALABAR

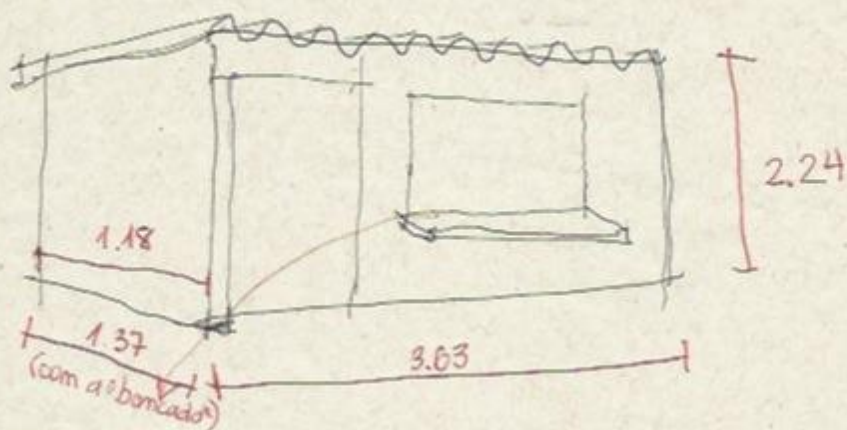
PESQUISA SOBRE AS UNIDADES COMERCIAIS DA RUA PRINCIPAL

Unidade comercial nº _____ João dos Santos

- 1) Qual o uso (tipo de comércio) desta unidade? Qual o horário de funcionamento? *Conserto e venda de bicicletas 8-18h, todo dia, ter-dom. (fim de semana até 14h)*
- 2) Há quanto tempo você desenvolve sua atividade aqui? *3 meses*
- 3) Você está satisfeito com a área desse espaço para desenvolver a sua atividade? Existe espaço suficiente para guardar seu material e atender a seus clientes?
Não há espaço suficiente p/ guardar o material e trabalhar.
- 4) Você sente necessidade de ~~organizar~~ ^{organizar} melhor o seu espaço? O que você melhoraria?

Se o dono da unidade for amigável e estiver "aberto" ao diálogo e disposto a colaborar, já peça para tirar algumas fotos e algumas medidas. É importante medir as 3 dimensões principais: fachada (largura), profundidade e altura.

CROQUI A UNIDADE:



R\$ 280,00
de aluguel

Fig. 10: Ficha de pesquisa e cadastro rápido das unidades comerciais. Fonte: acervo pessoal da autora. (2014)

4. Projeto proposto, abordagem conceitual e planejamento das próximas etapas

4.1 O objetivo geral

Promover a melhoria da qualidade dos espaços coletivos (“públicos”) existentes no Calabar, propondo novos projetos de espaços de convívio para seus moradores, que proporcionem *o estar, o lazer e o circular* de forma segura e agradável, em meio ao tecido urbano já bastante adensado e consolidado desta comunidade, que já não possui áreas livres relevantes.

4.2 Objetivos específicos

- Aproveitar o desnível entre a Av. Maria Pinho e a 1^a Travessa do Calabar para criar uma laje de uso coletivo que funcione como cobertura para as unidades comerciais reformadas;
- Padronizar e melhorar o espaço das unidades comerciais existentes (mais área, mais profundidade), deixando áreas livres para convívio;
- Promover a acessibilidade à Av. Maria Pinho (rua de cima) e às unidades de comércio, melhorando a integração destas com o largo defronte;
- Complementar a infraestrutura urbana através da drenagem de águas pluviais e da pavimentação, organizando a circulação de veículos e pedestres, tomando como prioridade a circulação de pedestres.

4.3 Justificativa do projeto no âmbito da proposta geral coletiva

Além dos problemas de habitabilidade (salubridade, iluminação, ventilação, problemas estruturais da construção) recorrentes nas moradias de assentamentos informais, a alta densidade de ocupação desordenada gera também problemas ambientais e urbanos, bem como problemas de vizinhança. Assim, além de prestar assistência técnica para questões referentes à habitação, é necessário também tratar os espaços “públicos”, os locais de uso coletivo da comunidade, uma vez que estes são vítimas de maior negligência por parte da própria população, que preocupa-se em cuidar da porta de suas casas para dentro, ou por parte do poder público, geralmente ausente nesses locais.

O Calabar é uma ocupação informal bastante adensada, portanto há poucos espaços livres, os quais possuem área bem reduzida. A maioria deles são espaços

que restam da ocupação irregular das construções e permanecem ali até que algum “projeto” os defina como área efetivamente pública (espaço público de uso coletivo) ou até que alguém venha e o ocupe com mais uma construção irregular, tornando-o “privado”.

As áreas públicas existentes no Calabar, sejam elas ruas, becos, largos, praças ou calçadas, geralmente não se mostram de boa qualidade por possuírem deficiências na distribuição dos espaços, nas dimensões necessárias, na qualidade dos materiais, nas questões de drenagem e de acessibilidade. Esses espaços deveriam ser tratadas com a importância devida, respeitando seus usuários e proporcionando-lhes qualidade de vida.

A falta de áreas livres relevantes no interior do assentamento dificulta a proposição de novos espaços de uso coletivo, pois não há onde alocá-los. Assim, é necessário encontrar nos espaços já ocupados uma forma de reinventá-los, de recriá-los para abrigarem novos usos e aprimorar os que já existem, sendo ocupados de novas maneiras.

4.4 Definição de conteúdos, programa, detalhamentos e outras definições do projeto

4.4.1 O Projeto

O Projeto “COMÉRCIO E ESPAÇO COLETIVO NO CALABAR” consiste na Reforma e padronização das 12 unidades comerciais existentes na 1^A Travessa do Calabar, com o intuito de criar um espaço coletivo ampliado e de qualidade sobre as mesmas. A proposta engloba também a reforma do largo defronte, onde atualmente se localiza a Base Comunitária de Segurança. Este projeto arquitetônico encontra-se desenvolvido a nível de estudo preliminar, já possuindo algumas definições a nível de anteprojeto.

Portanto, para dar seguimento a este trabalho, deve-se contratar o desenvolvimento do projeto executivo para posterior contratação de obra.

4.4.2 O Programa

O programa de necessidades consiste em:

- 12 unidades comerciais, contendo 3 tamanhos diferentes:
 - 4 módulos (A) de 5,40m²;

5 módulos (B) de 6,84 m²;

3 módulos (C) de 8,28 m².

- Circulação vertical adequada:
 - 1 rampa acessível;
 - 1 escada
- 1 Banheiro PNE
- Vegetação (1 árvore de médio porte)
- Laje de cobertura com guarda-corpo em toda sua extensão. Sobre esta laje deve haver:
 - Pergolado que proporcione sombra e possa abrigar uma pequena horta comunitária (horta vertical ou em vasos);
 - 3 dos 12 módulos comerciais (9 estão no térreo).
- No largo:
 - Mudança de pavimentação para priorizar a circulação de pedestres em detrimento de automóveis. Possível utilização de elementos de *“traffic calm”*
 - Vegetação
 - Paraciclo
 - Mobiliário urbano (bancos e lixeiras)

Para entender melhor a distribuição deste programa nas plantas térreo e superior, verificar os desenhos de projeto contidos nas pranchas em anexo (04/06, 05/06, 07/06)

4.4.3 Sobre os ajustes de projeto, compatibilização e detalhamentos

Por se tratar de projeto desenvolvido no âmbito do referido curso de Especialização, não foi possível contar com a contratação de serviços de topografia para o desenvolvimento do projeto a nível de estudo preliminar. Dessa forma, o cadastro da área, incluindo suas diferenças de nível(cotas), foi realizado pela própria autora com a ajuda dos demais Residentes da equipe. Portanto, é fundamental que haja a contratação de um levantamento topográfico (planialtimétrico) da área e

posterior ajuste do atual projeto às dimensões reais. Dessa forma, deve haver uma compatibilização do projeto como um todo em relação à topografia, mas, em especial, é necessário atentar para:

- Os tamanhos dos espaços (módulos comerciais e passeio), verificando que estes cabem entre as edificações do entorno já existentes e não avançam para a rua (1^A Travessa do Calabar)
- alturas referentes ao pé-direito e à laje de cobertura devem ser ajustados, observando principalmente o desnível existente entre a Av. Maria Pinho e a 1^A Travessa do Calabar, pois as entradas das casas da Av. Maria Pinho permanecerão onde estão.
- Considerar os sistemas de água e esgoto que devem passar por trás das unidades comerciais, abaixo da Av. Maria Pinho.

4.5 Definição dos principais meios necessários para o desenvolvimento do projeto executivo, como subsidio para efetivação de um Termo de Referência.

Para desenvolver o projeto COMÉRCIO E ESPAÇO COLETIVO NO CALABAR a nível de projeto executivo, é necessário:

ETAPA 1) Realizar 2 reuniões com a comunidade:

- **1^a REUNIÃO**

Público alvo: todos os comerciantes contemplados

Conteúdo e objetivos: Reapresentar o projeto; cadastrar os comerciantes, verificando quais são “donos” e quais são locatários, certificando-se de que o “dono” tome conhecimento da intervenção na área. Definir sobre qual comércio ocupará cada unidade, tendo especial cuidado em relação as unidades superiores. O destino de cada unidade já encontra-se em parte definido pelo projeto, uma vez que os comerciantes receberão módulos dimensionados de acordo com a área que atualmente ocupa cada unidade existente, a saber:

- Unidades que possuem área **até 5m²** receberão o **módulo A**, de 5,40 m²
- Unidades que possuem área **até 7m²** receberão o **módulo B**, de 6,84 m²

- Unidades que possuem área **acima de 7m²** (a maior possui 8,02 m²) receberão o **módulo C**, de 8,28 m²

Definir, juntamente com os comerciantes, a solução mais viável para a locação de suas atividades durante o período de execução da obra. Uma proposta seria colocá-los em quiosques temporários no Largo. Assim, a etapa de execução da reforma do Largo deve vir após a execução das unidades comerciais.

- **2ª REUNIÃO**

Público alvo: moradores do entorno da área de projeto, comerciantes e funcionários da Base Comunitária de Segurança.

Conteúdo e objetivos: definir regras a serem respeitadas para o trânsito e estacionamento de veículos no local, considerando prioridade a circulação de pedestres e ciclistas e o estacionamento de automóveis de moradores. Tais definições deverão ser levadas para os ajustes do desenho de projeto.

ETAPA 2) Contratar levantamento topográfico (planialtimétrico) da área de projeto e sondagem do solo

O levantamento cadastral deve incluir, além de dimensões em planta e cotas de nível dos perímetros das edificações existentes, as locações das instalações prediais, como pontos de luz e tomada, pontos de água e esgoto e elementos de drenagem.

ETAPA 3) Ajustar o projeto de acordo com o levantamento planialtimétrico e de acordo com as últimas considerações feitas pela população nas 2 reuniões realizadas.

O ajuste do projeto de acordo com o levantamento planialtimétrico deve seguir as indicações contidas no item 4.4.3

ETAPA 4) Desenvolvimento e conclusão de Projeto Executivo

O produto final, a nível de projeto executivo, deve conter:

- Planta de localização, de situação e plantas do pavimento térreo e superior, incluindo a o largo no pavimento térreo, com todas as cotas e indicações necessárias para execução do projeto;
- Planta de Cobertura, indicando declividades, tipo de telhas, calhas etc.
- Cortes e fachada do conjunto das unidades comerciais, com todas as cotas e indicações necessárias para execução do projeto;
- Especificação de todos os materiais de construção e de acabamento (quadro de materiais de acabamento);
- Especificação das esquadrias (quadro de esquadrias);
- Projetos complementares: terraplenagem, projeto estrutural, projeto hidrossanitário, projeto elétrico (incluindo as unidades de comércio e a iluminação pública), projeto de drenagem.

5. Cronograma previsto

Estima-se que os trabalhos para desenvolvimento de projeto executivo deste projeto específico seja de 6 (seis) meses, conforme previsão de prazos por atividades, produtos e etapas no cronograma abaixo:

PRODUTOS/ ETAPA		MESES					
		1	2	3	4	5	6
ETAPA 1							
<i>1- Reuniões comunitárias de discussão e definição de ajustes no projeto</i>	Prazo em dias	0 30					
ETAPA 2							
<i>2-Levantamentos cadastrais planialtimétrico e sondagem</i>	Prazo em dias	0 30 60					
ETAPA 3							
<i>3- Ajuste do projeto</i>	Prazo em dias			60 120			
ETAPA 4							

PRODUTOS/ ETAPA		MESES					
4- Projetos complementares.	Prazo em dias				90	150	
5- Compatibilização e fechamento de projeto executivo	Prazo em dias						180

6. Equipe Técnica e Orçamento previsto

Para desenvolver as etapas aqui colocadas de acordo com o cronograma, é necessário a contratação da equipe técnica e serviços discriminados a diante.

6.1 Composição da equipe técnica, recursos humanos, formação profissional e custo da equipe técnica, por hora/serviços

Quadro de equipe e custos de recurso humanos para desenvolvimento do projeto (considerando 6 meses de trabalho)

Formação/ Função	Nível	Experiência Exigida	Tempo Mínimo de Formação	Qtd.	Tempo Trabalho (horas)	Valor Total previsto
Arquiteto e Urbanista (Coordenador da equipe)	Sênior	Título de especialista ou mestre. Coordenação e execução de projeto, englobando especialmente projetos urbanísticos. Desenvolvimento de projetos de forma participativa; trabalhos em grupo; reuniões comunitárias. Utilização do Software de AutoCAD.	>10 (dez) anos	01	20h/semana	(R\$3.357 x6) R\$20.145
Arquiteto e Urbanista (Coordenador da equipe)	Junior	Título de especialista. Desenvolvimento de projetos de forma participativa; trabalhos em grupo; reuniões comunitárias. Utilização do Software de Desenho Técnico AutoCAD.	<5 (cinco) anos	01	20h/semana	(R\$3.357x6) R\$20.145
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo		Estar cursando, no mínimo, o 7º período do curso de Arquitetura e Urbanismo. Utilização de softwares de Design Gráfico (CorelDraw, Illustrator) e do AutoCAD.	A partir do 4ºano (7º período)	01	20h/semana	(R\$790x6) R\$4.740

Assistente Social	Pleno	Participação em planos ou projetos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária.	> 5 (cinco) anos.	01	20h/semana	(R\$1.800x6) R\$10.800
Engenheiro Civil	Sênior	Elaboração de projetos de terraplenagem, projeto estrutural e hidrossanitário.	> 10 (dez) anos.	01	20h/semana	(R\$3.357,5 x 6) R\$20.145
Total						R\$75.975,00

*Os requisitos da equipe chave deverão ser comprovados mediante a apresentação dos documentos de comprovação profissional.

**O valor/hora de trabalho está de acordo com os pisos salariais de cada categoria profissional que tem seu piso definido por lei.

6.2 Serviços complementares e consultorias especializadas

MATERIAL	R\$ TOTAL
Contratação de levantamento topográfico planialtimétrico (2.301,00 m ²)	R\$2.646,00
Contratação de sondagem do solo (2.301,00 m ²)	R\$3.809,00
Contratação de projeto elétrico (2.301,00 m ²)	R\$1.928,00
total	R\$8.383,00

6.3 Gastos com transporte, material gráfico, material de escritório e informática

Transporte:

Auxílio Transporte para toda a equipe técnica pelos 6 meses de trabalho

PROFISSIONAL	R\$ DIÁRIA	QUANT. DE DIÁRIAS	R\$ TOTAL
Arquiteto Urbanista	6,00	120	R\$720,00
Engenheiro Civil	6,00	120	R\$720,00
Assistente Social	6,00	120	R\$720,00
Estagiário de Arquitetura e Urbanismo	6,00	120	R\$720,00
total			R\$2.880,00

Material gráfico:

MATERIAL	R\$ TOTAL
Plotagens eventuais para conferir levantamentos <i>in loco</i> e para levar mapas e desenhos de projeto às reuniões comunitárias	R\$200,00
Impressão gráfica de cartazes e panfletos para divulgação das reuniões e para qualquer outro material gráfico a ser distribuído na ocasião das mesmas	R\$300,00
total	R\$500

Material de Escritório:

MATERIAL	QUANT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
Resma de papel A4, 500 folhas	02	R\$20,00	R\$40,00
Caneta	20	R\$0,80	R\$16,00
Prancheta	04	R\$4,00	R\$16,00
Crachá	04	R\$4,00	R\$16,00
total			R\$88,00

Material de Informática:

MATERIAL	QUANT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
Computador com bom desempenho para softwares de desenho gráfico.	04	R\$3.000,00	R\$12.000,00
Licença do software autoCAD	01	R\$4.632,00	R\$4.632,00

MATERIAL	QUANT.	R\$ UNID.	R\$ TOTAL
Licença do Software illustrator	01	R\$390,00	R\$390,00
total			R\$17.022,00

Orçamento Previsto

A previsão de custos para o desenvolvimento deste trabalho, na forma de projeto executivo é de **R\$104.848,00**, conforme valor estimado nas tabelas apresentadas.

Os preços propostos devem incluir todas as despesas diretas e indiretas necessárias à completa prestação dos serviços, a exemplo de deslocamento, materiais, força de trabalho, equipamentos, instrumentos, taxas, impostos, seguros e contribuições sociais, trabalhistas e previdenciárias, etc.

7. Viabilidade institucional, econômica e financeira

7.1 Possibilidades de parcerias governamentais, institucionais e privadas

Para que este trabalho possa ser levado adiante é necessário que alguma instituição, pública ou privada, financie o desenvolvimento do projeto. Aqui constam algumas possibilidades:

- **Cities Alliance – Cities without Slums:** Verificar a possibilidade de financiamento através da categoria “Slum Upgrading Projects” ou através de chamadas(editais) de projetos, como o “The Catalytic Fund”, ou ainda por meio de co-financiamento entre a Prefeitura de Salvador e Cities Alliance.
- **SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Bahia:** a Secretaria poderia desenvolver o projeto dentro da própria instituição com profissionais de seu quadro técnico, ou contratar mais profissionais por período determinado, por meio de patrocínios da Caixa ou do Ministério das cidades.
- Contrapartida de alguma empresa privada (Construtora) para a Prefeitura ou através de recursos oriundos da Outorga Onerosa do Direito de Construir.

- **Crowdfunding:** é uma forma de financiamento coletivo, que consiste na obtenção de capital para iniciativas de interesse coletivo através da agregação de múltiplas fontes de financiamento, em geral pessoas físicas interessadas na iniciativa. Existem *crowdfundings* para todo tipo de projeto. Por não se tratar de um valor muito alto para este, seria uma possibilidade de conseguir todo o financiamento, ou talvez parte dele.

7.2 Requisitos complementares para implementação

A conclusão do projeto executivo não finda os trabalhos no sentido da implementação concreta da proposta de projeto. Alguns pontos são importantes de serem levantados para que de fato se concretize a execução da obra referente ao projeto e o seu correto funcionamento, em conformidade com as leis do município.

O financiamento da obra, não apenas do desenvolvimento do projeto executivo, é um passo adiante na implementação. Uma vez concluído o projeto executivo, é necessário orçar a obra e buscar financiamento para a construção.

Independente de quem venha a financiar o projeto, seja o próprio Poder Público ou não, deve haver a regularização, perante a Prefeitura Municipal de Salvador, da propriedade da terra referente à área de intervenção do projeto. O equipamento de comércio e espaço público pode funcionar a exemplo dos mercados públicos municipais: os comerciantes locam a unidade comercial da prefeitura, que fica responsável pela administração. Outra opção pode ser pensada, sempre tendo em vista o funcionamento regular da atividade comercial no local, com seus devidos alvarás de construção e de funcionamento e com regularização fundiária.

8. Referências Bibliográficas

- CONCEIÇÃO, F. *Cala a boca Calabar: a luta política dos favelados*. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- GIUDICE; SOUZA. O processo recente de favelização em Salvador: o exemplo do Calabar. RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico, Salvador, Ano II, nº3, jan. 2000.
- MORAES, L. R. S. *Avaliação e Proposição de Ações de Saneamento Ambiental em área periurbana: um esforço com uso de metodologia participativa na comunidade do Calabar, Salvador*. In: 24º Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental.
- SALVADOR. Secretaria Municipal de Habitação. Regularização fundiária sustentável das áreas de Calabar/Alto das Pombas, Gamboa/Unhão, Canabrava e Narandiba. Salvador: Comissão setorial permanente de licitação, 2006.

